
arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngue



aape | epaa

Arizona State University

Volume 32 Número 60

1 de outubro de 2024

ISSN 1068-2341

Um Quadro Analítico para Teorizar a Agenda Antigênero na Educação¹

Bruna Dalmaso-Junqueira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil



Kathryn J. Moeller

University of Cambridge
Reino Unido

Citation: Dalmaso-Junqueira, B. & Moeller, K. (2024). Um quadro analítico para teorizar a agenda antigênero na educação. *Education Policy Analysis Archives*, 32(60).
<https://doi.org/10.14507/epaa.32.8829>

Resumo: Este artigo teoriza o movimento global antigênero na educação. Este movimento conservador opõe-se à “ideologia de gênero”, vista como uma ameaça aos valores sociais tradicionais. Com base em uma revisão sistemática da literatura sobre como o movimento antigênero molda políticas, políticas e práticas educacionais, com foco específico no Brasil e nos Estados Unidos, este artigo apresenta uma estrutura analítica para teorizar 1) os significados contestados de “ideologia de gênero”; 2) os componentes discursivos da agenda antigênero; 3) as características e composição das alianças antigênero; 4) as manifestações da agenda antigênero no currículo, na pedagogia, nas relações sociais da escolarização e na política educacional. Procuramos destacar as maneiras pelas quais a política anti-gênero muitas vezes opera ao lado da política racial para revelar as maneiras pelas quais as alianças conservadoras de direita, tipicamente baseadas e unidas através da anti-negritude, a supremacia branca, a homofobia, a transfobia e a misoginia, influenciam políticas, políticas e práticas educacionais em um esforço para manter

¹ Esta é uma tradução fornecida pelas autoras e não foi revisada por pares na língua portuguesa.

simultaneamente um estado de supremacia branca, cis-heteronormativo e patriarcal. Concluimos com uma discussão sobre as contradições desta agenda e a resistência a estes ataques conservadores à equidade, à inclusão, à diversidade e aos direitos humanos.

Palavras-chave: agenda antigênero; ideologia de gênero; antifeminista; movimentos conservadores; políticas de direita; políticas educacionais; Brasil; EUA

An analytic framework for theorizing the anti-gender agenda in education

Abstract: This article theorizes the global anti-gender movement in education. This conservative movement opposes “gender ideology,” which is perceived as a threat to traditional social values. Building on a systematic literature review of how the anti-gender movement shapes educational policies, politics, and practices, with a specific focus on Brazil and the US, this article presents a theoretical framework for conceptualizing 1) the contested meanings of “gender ideology”; 2) the discursive components; 3) the characteristics and composition of anti-gender alliances; 4) the anti-gender agenda’s manifestations in curriculum, pedagogy, the social relations of schooling, and education policy. We attempt to highlight the ways in which anti-gender politics often operate together with racial politics to reveal the ways in which conservative, right-wing alliances, frequently predicated on and united through anti-Blackness, white supremacy, homophobia, transphobia, and misogyny, exert influence on educational policies, politics, and practices to simultaneously maintain a white supremacist, cis-heteronormative, and patriarchal state. We conclude with a discussion of the contradictions of this agenda and resistances to these conservative attacks on equity, inclusion, diversity, and human rights.

Keywords: anti-gender agenda; gender ideology; anti-feminist; conservative movements; Right-wing politics; education policy; Brazil; US

Un marco analítico para teorizar la agenda antigénero en la educación

Resumen: Este artículo teoriza el movimiento global antigénero en la educación. Este movimiento conservador se opone a la “ideología de género”, que se percibe como una amenaza a los valores sociales tradicionales. Basado en una revisión sistemática de la literatura sobre cómo el movimiento antigénero da forma a las políticas, políticas y prácticas educativas, con un enfoque específico en Brasil y Estados Unidos, este artículo presenta un marco analítico para teorizar 1) los significados controvertidos de la “ideología de género”; 2) los componentes discursivos de la agenda antigénero; 3) las características y composición de las alianzas antigénero; 4) las manifestaciones de la agenda antigénero en el currículo, la pedagogía, las relaciones sociales de la escolarización y la política educativa. Intentamos resaltar las formas en que las políticas antigénero a menudo operan junto con la política racial para revelar las formas en que las alianzas conservadoras de derecha, generalmente basadas y unidas a través de la anti-negritud, la supremacía blanca, la homofobia, la transfobia y la misoginia, ejercen influencia sobre la política, las políticas y las prácticas educativas en un esfuerzo por mantener simultáneamente un estado supremacista blanco, cis-heteronormativo y patriarcal. Concluimos con una discusión sobre las contradicciones de esta agenda y la resistencia a estos ataques conservadores a la equidad, la inclusión, la diversidad y los derechos humanos.

Palabras clave: agenda antigénero; ideología de género; antifeminista; políticas educativas; movimientos conservadores; política de derecha; Brasil; EE.UU

Um Quadro Analítico para Teorizar a Agenda Antigênero na Educação

Nas últimas décadas, a agenda antigênero surgiu como um fenômeno global com diferentes origens e articulações (Butler, 2019; Holvikivi et. al, 2024). Movimentos religiosos populistas e conservadores de direita em diferentes regiões se organizaram para se opor à “ideologia de gênero” como uma ameaça percebida aos valores sociais tradicionais, incluindo a família religiosa e patriarcal; a heterossexualidade; o conceito de sexo biológico; e a própria liberdade. Embora a “ideologia de gênero” não exista de fato como por eles colocado, o discurso foi adotado por movimentos conservadores temendo a influência dos feminismos, dos direitos das mulheres, dos direitos sexuais e reprodutivos e dos direitos LGBTQIA+ nas famílias, na educação e nas leis (Moeller, 2021). “Ideologia de gênero” passou a significar qualquer coisa feminista, *queer* ou trans que ameace os valores sociais tradicionais. Consequentemente, os movimentos conservadores têm buscado defender seus valores lutando ativamente contra essas influências (Beck et. al., 2023; Butler, 2019; Kuhar & Paternotte, 2017; Junqueira, 2018).

Neste artigo, teorizamos os movimentos antigênero como movimentos reacionários que surgiram em diferentes geografias ao redor do mundo (Gago, 2019; Lacerda, 2019). Ainda que esses movimentos possam ser uma reação aos avanços feitos por feministas, mulheres e pessoas LGBTQIA+ no final do século XX, como discutiremos em mais detalhes abaixo, Graff e Korolczuk (2021, p. i) explicam que eles “não são uma simples continuação da reação antifeminista que remonta à década de 1970, mas parte de uma nova configuração política”. Embora essa configuração política pareça diferente a depender das geografias sociopolíticas e históricas, uma característica comum no surgimento da agenda antigênero é o que Graff e Korolczuk (2021, p. 19) descrevem como uma “sinergia oportunista” entre “o movimento antigênero ultraconservador e os partidos populistas de direita”, que cresceram em poder político e representação em países como EUA, Brasil, Argentina, Chile, Gana, Hungria, Polônia e Turquia nos últimos anos.

Para entender essa sinergia, ou articulação histórica de duas forças, iniciamos examinando a ascensão do movimento antigênero. Começando nas décadas de 1960 e 1970, os movimentos globais de mulheres e os movimentos LGBTQIA+ promoveram mudanças radicais no “senso comum” e nas políticas públicas sobre desigualdades de gênero e sexualidade, incluindo violência contra mulheres e comunidades LGBTQIA+, que enfrentaram discriminação intensificada por causa da epidemia de HIV-AIDS. Esses movimentos foram institucionalizados nas décadas de 1980 e 1990, em parte por meio da Década das Nações Unidas sobre as Mulheres. O Vaticano e, mais tarde, grupos evangélicos temiam que “essa desconstrução da ordem sexual destruísse a ordem social”, semeando assim as sementes para a agenda antigênero (Garbagnoli, 2016, p. 189). Desde então, essas campanhas antigênero mudaram de motivações e ações principalmente religiosas de católicos e evangélicos, em grande parte conservadores, preocupados com o colapso de uma ordem social religiosa tradicional, para motivações legais e políticas que ameaçam mais amplamente os fundamentos democráticos e de direitos humanos de sociedades ao redor do mundo (Biroli et al., 2020; Butler, 2019; Corrêa e Paternotte, 2018; Corrêa e Parker, 2020; Garbagnoli, 2016; Graff e Korolczuk, 2021; Juan-Torres, 2023; Junqueira, 2018; Kuhar e Paternotte, 2017; Sosa, 2021; Zarembeg et al., 2021).

Visando compreender essa parte da articulação, é necessário também considerar a ascensão histórica mais ampla do populismo de direita ao redor do mundo. Embora isso tenha ocorrido em países das Américas, Europa e África, as razões para tal dependem da conjuntura histórica e política em cada país ou região. Por exemplo, com base no caso da Polônia, Graff e Korolczuk (2021) constroem a partir da teoria de Mouffe (2018) sobre a ascensão dos movimentos populistas de direita, entendendo-os como parte de “‘uma nova conjuntura’ na qual a hegemonia neoliberal está ‘sendo questionada por uma variedade de movimentos antissistema tanto da direita quanto da

esquerda” (Mouffe 2018, p. 5, apud Graff & Korolczuk 2021, p. 3). Dessa forma, Graff e Korolczuk argumentam que “a mobilização antigênero desempenhou um papel importante na consolidação da direita populista como um movimento transnacional, que se aproveita com eficácia da ansiedade, vergonha e raiva causadas pelo neoliberalismo” (p. 165).

Conforme discutido por Melo (2020), poder-se-ia contra-argumentar que declarações políticas controversas sobre gênero, sexualidade e moralidade são “cortinas de fumaça” destinadas a desviar a atenção pública de questões políticas mais críticas, como os efeitos de crises econômicas ou cortes em políticas de bem-estar social. No entanto, concordamos com Melo quando afirma que “As ‘cortinas de fumaça’ revelam, na verdade, uma posição política. Uma adesão sólida e estável ao combate da ‘ideologia de gênero’” (2020, p. 9). No contexto brasileiro, ela argumenta que essa posição política deve ser entendida como uma estratégia central utilizada para a ascensão do ex-presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro. Exploraremos adiante no texto essa ascensão e seus efeitos na sociedade e na educação brasileiras.

Apesar das diferentes interpretações acerca das alianças e ações entre esses grupos em diferentes geografias, o fio condutor na articulação do movimento antigênero ultraconservador e dos partidos populistas de direita é um ataque aos direitos das mulheres, direitos LGBTQIA+, direitos ao aborto e políticas de educação sexual (Graff & Korolczuk 2021). Graff e Korolczuk observam que como resultado tem-se “um fenômeno transnacional na intersecção de cultura, religião e política, que conecta diferentes atores e agendas ideológicas frequentemente díspares” (2021, p. 165). No entanto, embora o “gênero” tenha sido um para-raios dessa articulação de movimentos populistas ultraconservadores e de direita, juntas essas forças estão “visando uma mudança em larga escala liderada por elites nas esferas da política, cultura, educação e instituições transnacionais, encerrando o domínio ideológico e político de décadas do liberalismo progressista no Ocidente” (p. 4).

Consequentemente, a educação é um dos principais alvos dessas campanhas de direita. Ao concentrar esses esforços na educação, particularmente em escolas públicas e em políticas educacionais, os proponentes alegam estar protegendo crianças e jovens de serem sexualizados e manipulados pela “ideologia de gênero” (Dalmaso-Junqueira, 2022; Gregis Estivalet & Dvoskin, 2022; Kuhar & Zobec, 2017; Lima & Hypolito, 2019). A agenda antigênero tem influenciado muitas políticas e práticas educacionais em todo o mundo nos últimos anos. Isso inclui os projetos de lei anti-LGBTQIA+ na Flórida, Texas e outros estados dos EUA que proíbem formação sobre orientação sexual e identidade de gênero, proíbem banheiros inclusivos de gênero (Human Rights Campaign, 2023) e criminalizam o apoio das famílias a crianças trans (Amirali et. al., 2024); a abolição dos estudos de gênero no ensino superior e a proibição de conteúdo considerado promotor da homossexualidade nas escolas da Hungria (Rédai, 2024); disputas políticas sobre educação sexual integral em Gana (Crescer Online, 2021) e na África do Sul (McEwen, 2024), entre outros exemplos.

Com base em uma revisão sistemática da literatura e dados de pesquisas anteriores que conduzimos, este artigo teoriza o movimento global antigênero na educação básica. Por meio de nossas análises, apresentamos um quadro teórico para conceituar 1) os significados contestados do termo “ideologia de gênero”; 2) os componentes do discurso antigênero; 3) as características e composição de alianças antigênero; 4) as manifestações da agenda antigênero no currículo, na pedagogia, nas relações sociais da escola e nas políticas educacionais. Adiante no texto, apresentamos esses componentes.

Em seguida, focamos em como o movimento antigênero tem desenvolvido e moldado políticas e práticas educacionais em contextos nacionais e locais no Brasil e nos EUA, em particular. Embora enfoquemos esses dois países, esse marco analítico propõe-se a ser usado para pensar acerca de diferentes manifestações da agenda antigênero na educação em países ao redor do mundo, bem como para explorar ligações sociopolíticas transnacionais que constituem essa agenda global

mais ampla. Finalmente, discutimos as contradições dessa agenda e as resistências a esses ataques conservadores à equidade, inclusão, diversidade e direitos humanos na educação.

Embora nossa análise se concentre nas políticas de gênero e sexualidade, essa onda antigênero e antifeminista também está entrelaçada com interesses supremacistas brancos, militaristas, antidemocráticos e capitalistas (Biroli et. al., 2020; Gago, 2020; Höppner, 2020; Keskinen, 2013; Lacerda, 2019; Miskolci & Campana, 2017). Reconhecendo a importância dessas interseções, em nossa análise do Brasil e dos EUA como casos primários, buscamos destacar como essas políticas operam juntas para revelar as maneiras pelas quais alianças ultraconservadoras baseadas e unidas por meio da antinegitude, supremacia branca, homofobia, transfobia e misoginia exercem influência nas políticas e práticas educacionais para manter simultaneamente um estado supremacista branco, cis-heteronormativo e patriarcal.

Método

Para construir nossas análises, conduzimos uma revisão sistemática da literatura usando as bases de dados Scopus e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As buscas incluíram publicações em inglês e português (restritas à produção brasileira de artigos em língua portuguesa) com a seguinte expressão de busca: “gender ideology” AND/OR “anti-gender” AND/OR “anti-feminis*” AND “education” nos campos de título, palavras-chave e/ou resumos.

Nossa busca inicialmente se concentrou em compreender as manifestações dessa agenda antigênero no campo da educação, visando aprender com a produção da área já existente e identificar lacunas conceituais. Com base na prolífica literatura sobre a agenda antigênero, observamos que esses estudos se concentraram amplamente na narrativa da “ideologia de gênero” como o discurso fundante dessa agenda. No entanto, a partir de seis revisões de literatura levantadas em nossa busca (Barzotto, 2021; Hamlin, 2021; Junqueira, 2018; Rezende & Sol, 2021; Silva, 2018), determinamos que nem sempre houve um consenso conceitual sobre o que constitui essa “ideologia de gênero”. Dessa forma, identificamos a necessidade de discutir seus significados contestados e estabelecer uma definição funcional que se aplicasse ao contexto examinado – nesse caso, uma narrativa elaborada por grupos conservadores para atacar movimentos sociais progressistas enraizados em políticas feministas, *queer* e trans. Com base nessa definição, delimitamos também o corpus de artigos a serem lidos – dos 83 resultados relevantes levantados para a busca, 52 foram selecionados por utilizarem os mesmos entendimentos conceituais que nos interessaram. Nesse processo, foram desconsiderados artigos que utilizaram “ideologia de gênero” como um sinônimo de gênero como construção social dentro dos estudos feministas (conforme apontado por Hamlin [2021] e explicado com mais detalhes na próxima seção). Embora relevantes, seus objetos de pesquisa eram distintos do nosso.

Além disso, ao ler esses materiais, percebemos que não havia um arcabouço existente que apresentasse sistematicamente os elementos constitutivos da agenda antigênero no campo da educação. Embora a “ideologia de gênero” e a “agenda antigênero” tenham se consolidado como objetos de pesquisa relevantes, nossa revisão da literatura mostrou que suas manifestações geralmente foram analisadas a partir de casos e contextos específicos ou com base em uma comparação de estratégias semelhantes utilizadas em contextos internacionais. Reconhecendo a relevância dessas análises existentes para o campo da educação, e visando a elas somarmos, desenvolvemos um quadro teórico-analítico que organiza entendimentos conceituais do fenômeno e busca encorajar novas investigações desses diferentes elementos. Com esse quadro, entendemos ser possível estabelecer paralelos não apenas comparativos, mas que destaquem a natureza organizada e transnacional das ações e discursos decorrentes desses movimentos.

Em relação à fundamentação teórica, também nos baseamos em pesquisas anteriores sobre os efeitos do movimento antigênero na política e prática educacional, particularmente no Brasil. Kathryn J. Moeller (2021) analisou os efeitos da ideologia antigênero e da supremacia branca na política educacional brasileira, particularmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Bruna Dalmaso-Junqueira (2024)² examinou práticas pedagógicas feministas no contexto do conservadorismo brasileiro. A seção final do artigo acerca da resistência à agenda antigênero baseia-se na pesquisa de Dalmaso-Junqueira em 17 estados do Brasil. A pesquisa se debruça sobre 107 respostas de docentes a um questionário online e seis entrevistas semiestruturadas realizadas em 2022 com docentes sobre suas práticas pedagógicas e curriculares feministas em escolas da educação básica.

Com base nos estudos educacionais críticos e nos estudos feministas interseccionais e transnacionais, buscamos conduzir uma análise complexa e bem fundamentada, que preste atenção às condições políticas, econômicas e socioculturais que permeiam esse processo emergente de contestação social e educacional. Com base na revisão da literatura e nos dados empíricos de nossas pesquisas, apresentamos nosso quadro proposto e nos baseamos nos casos do Brasil e dos Estados Unidos para demonstrar sua aplicação. Começamos prestando atenção aos significados contestados de “ideologia de gênero” e, em seguida, sistematizamos os componentes do discurso, as alianças formadas entre agentes políticos e os componentes e estratégias usados para atuar diretamente no campo da educação.

Um Quadro Analítico para Teorizar a Agenda Antigênero na Educação

Nesta seção, apresentamos um quadro teórico-analítico para refletir sobre a materialização da agenda antigênero no campo da política e da prática educacional. Seus componentes são elencados e detalhados abaixo.

Significados Contestados de “Ideologia de Gênero”

Ao longo das décadas, os termos “gênero” e “ideologia de gênero” incorporaram um nível significativo de polissemia na academia. Embora “gênero” seja historicamente um conceito disputado, movimentos conservadores e de extrema direita se apropriaram do termo. Em suas campanhas, popularizaram-no com sucesso, conforme o significado usado pelo Vaticano na década de 1990 – como um inimigo comum a ser combatido, tendo “[...] ‘gênero’ como o emblema, a metonímia e a pedra angular das teorias que afirmam que masculinidade e feminilidade são construções sociais [...]” (Garbagnoli, 2016, p. 189). Com sua atuação, proliferou-se o medo de que isso causaria a “autodestruição da humanidade” (Bento XVI 2009b, conforme citado em Garbagnoli, 2016, p. 189).” Não importa que “ideologia de gênero” ou “teoria de gênero” não constituam a aniquilação da família heterossexual tradicional ou a sexualização de crianças nas escolas. Esse significado adquiriu o status de verdade independentemente de sua veracidade e, portanto, circula como parte do senso comum (Gramsci, 2011).

Como Judith Butler (2023) observa, a disputa sobre os significados da chamada “ideologia de gênero” é frequentemente improdutiva na interação com atores investidos nessa agenda. Além da aceitação do significado que habita o senso comum, muitas vezes há uma resistência orgulhosa à argumentação e à teoria por esses agentes. Para Butler (2019), “De fato, a posição contra o gênero parece ser uma posição contra a leitura de forma mais geral” (p. 3). É importante entender, no entanto, as maneiras pelas quais o termo permanece em disputa.

² Trabalho realizado com financiamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Nesta seção, identificamos os significados pelos quais circula o termo “ideologia de gênero” (Barzotto, 2021; Hamlin, 2021; Junqueira, 2018, 2022; Rezende & Sol, 2021; Silva, 2018). O primeiro foca na ideologia de gênero como objeto de investigação, principalmente dentro dos campos dos estudos feministas e de gênero e das ciências sociais, de forma mais ampla. Nesse uso, a ideologia de gênero é entendida como um conceito científico que define formas de pensar, se comportar e formar corpos, de acordo com a construção social de gênero. Nesse sentido, é uma forma de identificar ideologias de gênero mais tradicionais e/ou progressistas em diferentes fenômenos. Por exemplo, formas de pensar sexistas e LGBTfóbicas são consideradas ideologias de gênero, assim como a associação de meninas vestindo rosa e meninos vestindo azul. O segundo é o uso conservador e religioso do conceito para significar qualquer coisa feminista ou LGBTQIA+ que ameace a família e a sociedade religiosa tradicional, patriarcal. O terceiro, baseado no reconhecimento do último entendimento, é a conceituação de dentro dos estudos feministas e de gênero e das ciências sociais de que a “ideologia de gênero” é uma narrativa conservadora criada por atores de direita para se opor a agendas sociais progressistas baseadas em políticas feministas e LGBTQIA+ (Holvikivi et. al, 2024). Este último significado é aquele ao qual nos referiremos ao longo deste artigo.

Componentes do Discurso Antigênero

Para entender como a agenda antigênero é mobilizada, identificamos os elementos que constituem seu discurso (ou seja, como você reconhece o discurso quando o escuta/vê?), mesmo que possam não se manifestar todos ao mesmo tempo (Juan-Torres, 2023; Butler, 2019; Holvikivi et. al, 2024). São componentes desse discurso: 1) a compreensão binária biológica de sexo/gênero; 2) a centralidade da família tradicional nuclear e cis-heteronormativa como a base da sociedade e da nação; 3) a crença de que as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo dentro e fora do lar; 4) o medo do Outro, especificamente qualquer um que desafie essas identidades binárias e cis-heteronormativas (feministas, trans e LGBTQIA+); 5) a ameaça ontológica que esses Outros representam para a própria existência dos sujeitos e para a segurança e inocência de crianças e jovens (especificamente em relação à pedofilia, à sexualização de crianças e adolescentes e à identidade); 6) o discurso de perseguição religiosa contra cristãos (incluindo a ameaça aos valores familiares e a suposta imposição de outras crenças religiosas ou espirituais, como tradições religiosas africanas e afro-brasileiras); 7) desconfiança e perseguição de docentes da educação básica e superior, além de gestoras/es (como se fossem doutrinadores, agressores e/ou pedófilos); 8) a articulação frequente com agendas supremacistas brancas, nacionalistas, anti-imigrantes e anti-negros/as; e 9) medo dos pensamentos marxistas, socialistas e comunistas.

Alianças Antigênero

A educação é um terreno de contestação, em que diversos grupos sociopolíticos lutam pelo controle de ideias, recursos e poder nos campos socioculturais e político-econômicos. É um espaço onde diferentes maneiras de ver a sociedade são reproduzidas, criadas e disputadas, configurando um campo complexo e contraditório de socialização, formação de cidadania e consolidação de identidades nacionais. Em função disso, há altos riscos ao discutir quais perspectivas devem ser representadas (ou não) em salas de aula, currículos, avaliações e governança da educação. Como resultado, distintos grupos sociopolíticos lutam por influência sobre a educação em múltiplos níveis de disputa, incluindo conselhos escolares, contextos regionais, secretarias níveis estaduais, municipais e na governança em nível nacional.

Ao discutir a realidade educacional dos EUA, Apple (2001) identificou a formação de uma aliança conservadora, um bloco hegemônico interessado em reformas e transformações de natureza neoconservadora e neoliberal (Gramsci, 2011). Como pauta, o bloco defende o que Apple identifica

como a “modernização conservadora” das políticas educacionais, que, já em seu nome, carrega a contradição de seus interesses. Ela combina noções neoliberais de modernização na educação, enfatizando eficiência e produtividade, e ao mesmo tempo um desejo conservador de reviver o mito de um passado idílico. Esse passado é frequentemente patriarcal e racialmente homogêneo ou segregado, quando mulheres, negros e negras, indígenas, imigrantes e pessoas LGBTQIA+ não tinham plenos direitos na sociedade e acesso à educação equitativa. Os desejos dos ex-presidentes Trump e Bolsonaro e seus seguidores de tornar os EUA e o Brasil “grandes novamente” ecoam esses sentimentos.

Em diferentes contextos nacionais, vemos o surgimento de coalizões estratégicas de atores sociopolíticos, incluindo configurações de grupos religiosos fundamentalistas, como a ala conservadora de cristãos evangélicos e da Igreja Católica; grupos neoconservadores, incluindo alianças empresariais, grupos militares e *think tanks* conservadores; e grupos supremacistas brancos e nacionalistas. Essas são alianças estratégicas, geralmente abertas a comprometer ideais para garantir sua hegemonia mais ampla.

Componentes da Agenda Antigênero no Currículo, na Pedagogia, nas Relações Sociais Escolares e nas Políticas Educacionais

Essas alianças têm focado um conjunto de áreas centrais no campo de políticas e práticas educacionais para garantir sua influência. Primeiramente, observa-se uma narrativa em torno da ameaça de sexualização e lavagem cerebral de estudantes (Kuhar & Paternotte, 2017) por meio de educação sexual integral, em particular. Em diferentes contextos nacionais, a inclusão da educação sexual como componente curricular e/ou como conteúdo dos currículos é altamente contestada (Crescer Online, 2021; McEwen, 2024). Segundo, há também lutas por sistemas de valores específicos nos currículos, como a inclusão do criacionismo e a eliminação de representações da diversidade, tais como composições familiares não-heteronormativas e pessoas LGBTQIA+. Essa pauta tem se manifestado no banimento de livros e disputas acirradas sobre currículos e bases curriculares nacionais. Em terceiro lugar, esse policiamento de conteúdo vem resultando na perseguição, censura e demissões de docentes por ensinarem conteúdo supostamente “ameaçador”, incluindo casos de violência digital, filmagens e compartilhamento de dados não autorizados. Quarto, têm sido recorrentes as tentativas de controlar corpos não-cisgêneros, buscando conformá-los por meio de código de vestimenta, (proibição de) acesso a banheiros e a restrição de comportamentos e expressões, como namorar ou dar as mãos. Esse cenário vem fazendo com que crianças e jovens conformem suas próprias existências devido ao medo de repercussões políticas ao invés de desafiar discursos e ações de ódio.

Contexto Político e Manifestações da Agenda Antigênero no Brasil e nos Estados Unidos

A partir de nossa revisão sistemática da literatura, bem como de insights de nossos estudos empíricos, nesta seção examinamos a constituição da agenda antigênero e suas manifestações em políticas e práticas educacionais nas diferentes geografias políticas e históricas do Brasil e dos EUA.

Manifestações no Brasil

No Brasil, essa agenda antigênero ganhou força a partir da década de 2010, principalmente em nível federal no campo da educação (Dalmaso-Junqueira, 2024; Moeller, 2021). A literatura sobre o tema identifica esse fenômeno como uma reação aos muitos avanços progressistas que vinham ocorrendo na administração federal do Partido dos Trabalhadores do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (Biroli et al., 2020; Corrêa, 2022; Junqueira, 2018, 2022; Lacerda, 2019; Silva,

2018). Ao longo das últimas décadas, muitas políticas de bem-estar foram implementadas como resultado da pressão de movimentos sociais, tais como cotas raciais em universidades federais, a criminalização da violência contra as mulheres, a criação de uma secretaria especial para as mulheres, a criminalização da homofobia, uniões civis para casais LGBTQIA+ e a regulamentação de direitos para empregadas domésticas (principalmente mulheres negras; Acciari, 2018; Moeller, 2021). Nesse contexto mais amplo, uma aliança conservadora começou a disseminar a noção de uma ameaça de tomada de poder pela “ideologia de gênero” no Brasil. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 foi um dos pontos de gatilho para a disseminação desse discurso (Corrêa, 2022; Moeller, 2021). Atores conservadores começaram a alegar que a educação estava se tornando um terreno fértil para ideologias esquerdistas, comunistas e predatórias conectadas a essa “ameaça”. O PNE, que em sua redação original se referia às desigualdades e diversidade de gênero, serviu como um catalisador para a articulação desses diferentes atores. Essa articulação se consolidou, em parte, por meio do grupo Escola Sem Partido, um grupo conservador “apartidário” fundado por Miguel Nagib, que supostamente busca livrar as escolas da política, com foco nas políticas progressistas de esquerda (Moeller, 2021).

Após milhares de emendas adicionadas por parlamentares, o PNE foi endereçado à então Presidenta da República, Dilma Rousseff, e sancionado em 25 de junho de 2014, sem vetos, definindo as diretrizes e metas para a educação na próxima década (Moeller, 2021; Rosado-Nunes, 2015). Em sua versão final, o texto original, que tinha como foco “[...] a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.” foi substituído por uma ênfase na “[...] promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação [...]” sem compromissos específicos (Alessandra, 2014, online).

A disputa política pelo PNE foi altamente polarizada no Congresso Nacional. Além de parlamentares progressistas, havia muitos agentes civis em defesa da manutenção do texto original do plano, incluindo educadores/as, intelectuais, jornalistas e movimentos sociais feministas e LGBTQIA+ (Alessandra, 2014; Ribeiro, 2016; Rosado-Nunes, 2015). Ao mesmo tempo, parlamentares conservadores evangélicos e católicos promoviam a pauta antigênero. Entre eles, havia “[...] entusiastas da ditadura militar, defensores da pena de morte e da ‘cura gay’, ideólogos do liberalismo e da privatização” (Ribeiro, 2016, p. 5). As ideias conservadoras desses grupos se mostraram convincentes, e suas conquistas não se restringiram à redação do PNE. Esses esforços continuaram no nível da política educacional federal com muitos projetos de lei propostos — e alguns aprovados — com base nos princípios do Escola sem Partido. Conforme posto por Moeller (2021), as eliminações dessas formas específicas de diferença estabeleceram a base para que grupos conservadores contestassem sua inclusão em políticas posteriores, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se tornou política federal em 2017. Além disso, também os planos municipais de educação foram afetados pela agenda dessa coalizão (Aquino & Moura, 2022).

A agenda antigênero seguiu agregando apoio em muitas esferas políticas e sociais ao longo dos anos e contribuiu para o contexto ideológico que levou à derrubada política, comumente descrita como um golpe de estado, da então Presidenta Dilma, a primeira mulher presidente do Brasil que deu continuidade ao legado do Partido dos Trabalhadores em seu primeiro mandato. Posteriormente, essa agenda também contribuiu para a eleição do ex-presidente ultraconservador de extrema direita Jair Bolsonaro em 2018 (Dalmaso-Junqueira, 2022; Willis, 2023). O medo da “ideologia de gênero” impulsionou a ofensiva de Bolsonaro durante sua campanha contra o candidato Fernando Haddad, ex-ministro da Educação, alegando que Haddad havia promovido um chamado “kit gay” durante seu tempo como ministro — que, na realidade, eram materiais curriculares que o Ministério da Educação havia desenvolvido para combater a homofobia nas escolas e que nunca foram realmente distribuídos (Feitosa, 2021).

A pauta vem também incentivando familiares a denunciarem docentes que estariam “doutrinando” estudantes com discussões sobre gênero e sexualidade. Mais do que isso, professoras e professores passaram a ser perseguidos e muitas vezes demitidos por ousarem discutir esses temas em sala de aula (Dalmaso-Junqueira, 2024). Embora a tentativa de formalizar essas alegações como políticas educacionais tenha sido finalmente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 2020, a ideia adquiriu status de verdade no senso comum (Gramsci, 2011). Apesar da resistência de organizações de base, como a associação Mães e Pais pela Democracia, que vem lutando para defender a liberdade de ensino em escolas privadas e públicas, muitos/as docentes que costumavam discutir gênero e sexualidade em sala de aula agora estão com medo e, conseqüentemente, se autocensurando (Human Rights Watch, 2022). De forma mais ampla, essa agenda tem sido vinculada com sucesso a campanhas de educação domiciliar (Moura & Aquino, 2022) e à militarização da educação pública, principalmente por meio da administração militar das escolas (Dalmaso-Junqueira & Lima, no prelo).

Manifestações nos Estados Unidos

Os EUA vivenciaram um conjunto semelhante de mudanças progressistas em relação às políticas de gênero, sexualidade, raça e classe nas últimas duas décadas, particularmente com a presidência de Barack Obama iniciada em 2009. Várias políticas visavam transformações para pessoas negras/de cor³, pessoas LGBTQIA+ e mulheres nas áreas de educação, saúde, casamento e emprego. Assim como no Brasil, testemunhamos como pessoas que se sentiam ameaçadas por essas mudanças – incluindo supremacistas brancos, homens sexistas, cristãos conservadores e porções economicamente conservadoras da classe média e alta – reagiram se engajando em uma resposta conservadora.

Embora esse tipo de reação tenha ocorrido em vários âmbitos, identificamos o casamento entre pessoas do mesmo sexo como um de seus principais pontos de gatilho (Human Rights Campaign, n.d.). A legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo ocorreu em nível estadual no início dos anos 2000, em Massachusetts e na Califórnia. Seu reconhecimento legal completo final, que foi visto como uma ameaça às famílias heterossexuais tradicionais, ocorreu em nível nacional no ano de 2015. O governo Obama aprovou também outras legislações importantes para melhorar as vidas, o bem-estar e os direitos da comunidade LGBTQIA+. Exemplos incluem a prevenção de crimes de ódio com base na orientação sexual e identidade de gênero presumidas, por meio da Lei de Prevenção de Crimes de Ódio [*Hate Crimes Prevention Act*, em inglês] e a revogação da política militar Não Pergunte, Não Conte [*Don't Ask, Don't Tell*], permitindo que pessoas da comunidade LGBTQIA+ sejam abertas sobre si mesmas enquanto servem ao exército. Os direitos das mulheres também foram estendidos, incluindo o Ato Lilly Ledbetter [*Lilly Ledbetter Fair Pay Act*], uma emenda a diversas leis que estendeu o período de tempo em que as mulheres podem requerer “equiparação salarial perdida por discriminação” (The White House, President Barack Obama, n.d.). Além disso, a administração aprovou uma reforma abrangente do sistema de saúde por meio da Lei de Proteção ao Paciente e Cuidados Acessíveis [*Affordable Care Act*], para garantir subsídios no mercado privado de saúde. Este ato se tornou um para-raios para a reação da aliança conservadora, que anunciava buscar uma redução da expansão do estado.

Além disso, o próprio presidente Obama, como um homem negro, personificou uma ameaça às visões supremacistas brancas para a nação estadunidense, e sua administração focada em

³ O termo “pessoa de cor” (*person of color*, em inglês) é usualmente empregado nos Estados Unidos para referir-se a qualquer pessoa não-branca, de modo a enfatizar experiências compartilhadas em função do racismo. Nesse conjunto, estão contemplados sujeitos afro-americanos, latino-americanos, asiático-americanos, nativo-americanos e outros.

aprovar legislações progressistas contra a discriminação, desigualdade e injustiça representou uma afronta. Embora a eleição de Donald Trump em 2016 também represente a manifestação de uma reação branca e conservadora à presidência de Obama, a popular “narrativa da reação branca” também vem sendo profundamente criticada por “encobrir os próprios regimes racistas de opressão do neoliberalismo característico da era Obama” (Allen, 2020, resumo).

O campo da educação tornou-se um dos principais campos de contestação de agendas políticas progressistas nos Estados Unidos. Discursos antifeministas, LGBTfóbicos e racistas (notadamente anti-negros) passaram a propagar-se e, muitas vezes, ampliar-se uns aos outros. Os temores conservadores passaram a se concentrar na suposta doutrinação que ocorreria em currículos inclusivos e receptivos à comunidade LGBTQIA+ e em aulas de educação sexual, uma preocupação já de longa data dentro do movimento conservador (Irvine, 2004).

A aliança conservadora também se mobilizou contra políticas que defendem banheiros de gênero neutro na sociedade em geral, e essa luta se estendeu aos banheiros das escolas. O crescimento da visibilidade das causas trans, assim como as decisões judiciais a favor de seus direitos em geral, tornaram-se o gatilho para uma ofensiva reação transfóbica no país. Em função disso, em março de 2023, vários estados proibiram o acesso de pessoas trans a banheiros que correspondam à sua identidade de gênero, incluindo Carolina do Norte, Idaho, Iowa e Arkansas. Alguns estados adotaram políticas semelhantes em seus contextos escolares, como foi o caso de Oklahoma, Alabama e Tennessee (Barrón-López et. al., 2023). Nesse movimento, a agenda antigênero também se estendeu em uma rápida proliferação de estados que passaram a proibir procedimentos de afirmação de gênero para jovens e a participação de jovens trans em esportes (Woodward, 2023).

Assim como no Brasil, essas políticas também resultaram no banimento de livros e currículos, principalmente os currículos baseados em estudos LGBTQIA+, afro-americanos e antirracistas, popular e equivocadamente chamados de “teoria crítica racial”. A censura de livros em escolas públicas e bibliotecas aumentou 65% em 2023 em relação a 2022 (American Library Association, 2024). E o projeto de lei 7 (House Bill 7) da Flórida, conhecido como “*Stop Woke Act*” (algo como “Lei contra a cultura *woke*”, palavra utilizada para definir sujeitos ou grupos que “acordaram” em relação a pautas progressistas), é um exemplo dos esforços estatais para regular como questões raciais podem ser discutidas na educação básica e no ensino superior (Russell-Brown, 2023).

De forma análoga ao movimento brasileiro Escola Sem Partido, grupos de famílias conservadoras, como o Mães pela Liberdade [*Moms for Liberty*], vêm protestando ativamente em reuniões de conselho escolar e em políticas eleitorais. Tais movimentos têm criado um clima hostil para membros de conselhos escolares, docentes e administradores/as, que são forçados a, simultaneamente, mediar o apoio a estudantes, proteger a autonomia docente e apaziguar familiares inflamados (Abdellatif, 2023). Nesse cenário, as salas de aula tornaram-se espaços de policiamento daquilo que professoras e professores podem ensinar e do que alunas e alunos podem dizer. Isso inclui legislação recente em estados como a Flórida, onde a lei Direitos de Mães e Pais na Educação [*Parental Rights in Education*], popularmente conhecida pelos críticos como a lei Não Diga Gay [*Don't Say Gay*], proíbe o ensino sobre orientação sexual e identidade de gênero (Woodward, 2022). Como no caso do Brasil, docentes e gestores/as escolares têm sido perseguidos e ameaçados por esse tipo de legislação, levando à autovigilância e autocensura.

Resistência Feminista e LGBTQIA+ à Agenda Antigênero como Movimento Reacionário

Na última década, conservadores, supremacistas brancos, misóginos e pessoas LGBTfóbicas têm respondido à sensação de que seus privilégios estão sendo progressivamente colocados à prova

no Brasil e nos EUA, notadamente com movimentos feministas nacionais como o #EleNão no Brasil, o movimento #MeToo, que se originou nos EUA, mas não se restringiu a ele, e as revoltas raciais em 2020 que começaram nos EUA com o assassinato de George Floyd e se espalharam pelo mundo em reações organizadas à supremacia branca e à anti-negritude. Devido a essas formas de resistência, a aliança conservadora em escalas nacionais e globais tem buscado constantemente maneiras de garantir sua formação hegemônica e radicalizar políticas, particularmente as educacionais. Se, conforme Michael Goldman (2005, p. 7) explica, o momento de hegemonia é quando o bloco histórico dominante “pauta as questões em torno das quais a luta se desenrola”, então a aliança conservadora tem consolidado com sucesso sua agenda como parte legítima do debate educacional em ambos os países. Eles fizeram isso afirmando sua influência em todos os níveis políticos, incluindo política local, estadual e federal. Diante dessas mobilizações conservadoras contemporâneas, entretanto, formas de resistência têm se desenvolvido nos campos de pesquisa, política e prática educacional.

Trabalho Docente Feminista em Tempos de Conservadorismo

Visando documentar iniciativas progressistas, feministas e antirracistas na educação básica brasileira – e como forma de resistência –, a pesquisa de Dalmaso-Junqueira (2024) em 17 estados do Brasil demonstra práticas criativas desenvolvidas por docentes que têm se oposto corajosamente a esses movimentos conservadores persecutórios. Os relatos recebidos em formulários virtuais e as entrevistas feitas elucidam que as professoras e professores têm enfrentado uma agenda antigênero e antifeminista agressiva e persecutória, com casos de silenciamento e até mesmo violência de gênero. Apesar dessas ameaças, a pesquisa demonstra que há docentes em todo o país ativamente engajadas/os em movimentos sociais mais amplos e comprometidas/os em incorporar currículos feministas, LGBTQIA+ e antirracistas em suas aulas e escolas, incluindo a criação de coletivos de empoderamento feminista negro. A pesquisa mostra que, para evitar represálias e/ou rejeição por estudantes e famílias, algumas professoras desenvolveram maneiras alternativas de se conectar com alunas e alunos e abordar esses tópicos. Em alguns casos, relatam o uso de estratégias de “guerrilha” para introduzir essas temáticas em uma abordagem que seja familiar às realidades e experiências afetivas das/dos estudantes.

Um exemplo a ser citado é o de uma professora do estado do Mato Grosso do Sul, que criou um conjunto inovador de aulas feministas negras *dentro* do currículo formal existente das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O currículo, como parte de um itinerário formativo do Ensino Médio, tinha espaço para a criação de componentes curriculares. A professora, fez uso desse recurso ainda que os feminismos não estivessem formalmente incluídos no currículo (Entrevista com Miriam, 2022, pseudônimo).

Outra professora explicou como ela abordou intencionalmente as questões de gênero e feminismos sem usar esses termos específicos:

Propus uma atividade em que os estudantes classificaram ações ou emoções como características femininas, masculinas ou de ambos. Analisamos conjuntamente as classificações de cada grupo, e os estimei a refletir sobre algumas de suas análises prévias, como por exemplo considerar ‘educar’ uma característica feminina. [...] Foi uma prática em que não usei o termo ‘feminista’, e creio que também não tenha usado o termo ‘gênero’ em aula. São termos que atualmente estão envoltos por polêmicas, e muitas vezes repulsa, indignação. Minha prática permitiu tratar de assuntos relacionados a gênero sem gerar uma barreira inicial que o uso de certos termos, infelizmente, pode gerar. (Entrevista com Maria Fernanda, 2022, pseudônimo)

Há uma longa história de estratégias como a de Maria Fernanda no contexto dos movimentos e lutas das mulheres. Conforme lê-se no relatório do Fórum de Mulheres de Pernambuco de 2020,

Nós, mulheres, construímos, desde muito longe, diversas formas de nos comunicar, criamos estratégias para falar de assuntos difíceis, e também quando não podemos nos expressar abertamente. Seja nas cozinhas como lugar de acolhimento de parentes e companheiras em situação de violência, seja pelo nosso olhar, pela expressão no rosto, num bater de palmas ou de tambor. Desde sempre, criamos estratégias inovadoras e revolucionárias para nos comunicar.” (Fórum de Mulheres de Pernambuco, 2020).

Essa capacidade de comunicar o que é necessário, mesmo em contextos muito adversos, foi construída ao longo de séculos.

Essas iniciativas docentes podem ser entendidas sob o guarda-chuva das microrrevoluções, ou das “revoluções desde dentro”, nas quais reconhecemos o trabalho docente como um espaço potente para o desenvolvimento de resistências e a importância da ação individual ou de pequenos coletivos para transformar realidades cotidianas nas escolas (Freire, 1987; hooks, 2019; Ladson-Billings, 2008).

Pesquisa Feminista sobre Contradições e Resistências

Como a teoria feminista vem historicamente argumentando, há também potencial revolucionário em compartilhar experiências em círculos de solidariedade e confiança (Collins, 2002). Concebemos a pesquisa e a publicação como manifestações desses círculos, permitindo a documentação e a popularização de práticas bem-sucedidas realizadas por docentes em escolas (Ladson-Billings, 2008). Além disso, identificamos a importância do uso de análises comparativas e transnacionais no sentido de produzir entendimentos profundos dos discursos e ações contraditórias da aliança conservadora. Um exemplo desse exercício analítico é problematizar a suposta preocupação conservadora com a segurança e a inocência de crianças e jovens, que muitas vezes se manifesta de formas que não são realmente sobre seu bem-estar.

Isso fica evidente nos ataques conservadores de direita à Hora do Conto Drag [*Drag Queen Story Hour*], um evento drag de contação de histórias para crianças e famílias, que começou em São Francisco e se expandiu para muitos espaços ao redor do mundo. Segundo Harper Keenan e Lil Miss Hot Mess (2021), a hora do conto drag “fornece uma abordagem performática à pedagogia queer que não é simplesmente sobre vidas LGBT, mas sobre viver de forma *queer*” (p. 440). Os ataques documentados contra essa hora do conto nos EUA, Reino Unido, Nova Zelândia, França, Alemanha e Finlândia demonstram a coordenação transnacional bem-sucedida de ataques a conteúdo *queer* para crianças e a educadores/as/ies *queer*, que são frequentemente retratados como predadores e agressores em potencial (Grimshaw, 2024; Kaleem, 2023). O que a realidade demonstra em pesquisas, entretanto, é que a maioria dos abusos sexuais de crianças jovens é perpetrada por alguém conhecido/de confiança, incluindo familiares, amigos da família e líderes religiosos de instituições que propagam essa mesma narrativa, como as igrejas católica e evangélica (Raine & Kent, 2019).

Também reconhecemos que a condição de crianças e jovens como cidadãos/ãs de direitos está ameaçada em dois sentidos. Primeiro, porque grupos sociais marginalizados, incluindo LGBTQIA+, negros, indígenas, povos imigrantes e outras pessoas de cor, têm histórica e continuamente lutado para serem afirmados como sujeitos cujos direitos sejam não apenas reconhecidos, mas efetivamente promulgados. Através dessa agenda conservadora, crianças e jovens pertencentes a esses grupos têm sido colocadas/os em posições cada vez mais vulneráveis em relação à lei, às políticas e às práticas educacionais cotidianas. Da mesma forma, educadores/as e

gestores/as que os apoiam, alguns dos quais também podem identificar-se como feministas, antirracistas e/ou LGBTQIA+, também têm sido alvo dessas ameaças. Em segundo lugar, há uma ameaça ao direito a aprender - sobre o mundo e sobre si. Ao negar a estudantes o acesso a uma educação sobre gênero e sexualidade, os movimentos antigênero os/as privam de aprender sobre si mesmos/as e sobre as múltiplas maneiras de estar no mundo que existem fora das normas heteronormativas; relações sociais, afetivas e de parentesco; seus corpos, consentimento sexual e maneiras de se proteger, bem como maneiras de aprender e respeitar os demais.

Ressaltamos ainda que escolas e docentes têm sido progressivamente reconhecidos/as como um recurso valioso na proteção de crianças e jovens contra abusos, sendo uma fonte frequente de relatos em casos encaminhados e investigados por serviços de proteção à infância (Crosson-Tower, 2003; Oliveira et al., 2020). As consequências muito significativas desses ataques conservadores a crianças, jovens, famílias e docentes não devem ser minimizadas, pois ameaçam a vida e o bem-estar dos sujeitos, assim como nossos futuros individuais e coletivos. Tornar essas consequências visíveis por meio de espaços acadêmicos e populares também é parte fundamental do trabalho de resistência.

Conclusões

Neste artigo, apresentamos um quadro analítico pensado para examinar a influência da agenda conservadora e antigênero nas políticas e práticas educacionais ao redor do mundo. O quadro descreve os significados contestados da ideologia de gênero; os elementos do discurso antigênero; os agentes políticos, religiosos e sociais que constituem essa coalizão conservadora; e seus efeitos no currículo, na pedagogia, nas relações sociais escolares e nas políticas educacionais. Usando essa estrutura, apresentamos então o contexto e os efeitos dessa agenda na política e prática educacional no Brasil e nos EUA. Situamos nosso foco nessas esferas nacionais específicas dentro de uma análise das ligações discursivas e sociopolíticas transnacionais que foram criadas por esses atores, em particular a Igreja Católica, denominações evangélicas, movimentos sociais, a mídia, políticos e outras figuras influentes, para transformar a educação e outras esferas sociais além desses contextos nacionais.

O presente quadro analítico busca dar suporte a pesquisas futuras que examinem como discursos e movimentos conservadores, não apenas aqueles relacionados ao movimento antigênero, influenciam o campo da educação. Fazemos isso com o propósito não apenas de contribuir com a pesquisa educacional, mas também de dar suporte ao ativismo de docentes, famílias, estudantes e movimentos sociais que buscam resistir a essas agendas tão prejudiciais à juventude e à sociedade. A agenda conservadora nega o direito à humanidade plena daqueles e daquelas percebidos como uma ameaça à ordem hegemônica heteronormativa, supremacista branca e patriarcal estabelecida. Nas palavras de James Baldwin (1984), os espaços educacionais devem nos permitir “discordar e ainda amar uns aos outros, a menos que sua discordância esteja enraizada na minha opressão e negação da minha humanidade e direito de existir” (p. 20). Dessa forma, e a partir desses princípios políticos, busca-se que a pesquisa empírica possa fornecer evidências de que práticas e políticas antidemocráticas aparentemente locais, que negam os direitos das pessoas de existirem livremente, podem revelar-se articuladas, amplificadas e/ou retrabalhadas em contextos nacionais e transnacionais. Nossa esperança é de que esses esforços, em última análise, possam apoiar a defesa sólida e organizada da educação e do futuro democráticos.

Referências

Abdellatif, G. A. (2023). *Understanding the fight over critical race theory: Common sense, racial ideology, & certainty* (Master's thesis). University of Cambridge.

- Alessandra, K. (2014). Texto-base do Plano Nacional de Educação é aprovado em comissão. *Câmara dos Deputados: Câmara notícias*. Brasília, DF: 55ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária.
- Allen, A. (2020). The white backlash narrative and the politics of racial dis (orientation). *Ethnic Studies Review*, 43(1), 12-30. <https://doi.org/10.1525/esr.2020.43.1.12>
- American Library Association (2024, March 14). *American Library Association reports record number of unique book titles challenged in 2023*. <https://www.ala.org/news/2024/03/american-library-association-reports-record-number-unique-book-titles>
- Amirali, A., Grinspan, M. C., Gill-Peterson, J., Nyanzi, S., & McEwen, H. (2024). Troubling anti-gender attacks: Transnational activist and academic perspectives. In *Transnational anti-gender politics: Feminist solidarity in times of global attacks* (pp. 245-263). Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-3-031-54223-7_12
- Apple, M. (2001). *Educating the "Right" way: Schools and the conservative alliance*. Routledge.
- Aquino, R., & Moura, F. (2022). Breve histórico das leis de censura na educação: Os projetos Escola sem Partido e antigênero (2014-2020). In D. Carreira & B. Lopes (Eds.), *Ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação*. Ação Educativa. https://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Livro-2022_GÊNERO-E-EDUCAÇÃO-ofensivas-reacionárias-resistências-democráticas-e-anúncios-pelo-direito-humano-à-educação.pdf
- Baldwin, J. (1984). *Notes of a native son*. Beacon Press.
- Barrón-López, L., Hastings, D., & Barajas, J. (2023, March 29). More states consider bills limiting which bathroom trans people can use. *PBS News Hour*. <https://www.pbs.org/newshour/show/more-states-consider-bills-limiting-which-bathroom-trans-people-can-use>
- Barzotto, C. E. (2021). Ideologia de gênero: Possibilidades de análise a partir de uma revisão de literatura. *#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, 10(1). <https://doi.org/10.35819/tear.v10.n1.a4537>
- Beck, D., Habed, A., & Henninger, A. (Eds.). (2023). *Blurring boundaries – 'Anti-gender' ideology meets feminist and LGBTIQ+ discourses*. Verlag Barbara Budrich. <https://doi.org/10.3224/84742684>
- Biroli, F., & Caminotti, M. (2020). The conservative backlash against gender in Latin America. *Politics & Gender*, 16(1), E1. <https://doi.org/10.1017/S1743923X20000045>
- Biroli, F., Vaggione, J. M., & Machado, M. D. C. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: Disputas e retrocessos na América Latina*. Boitempo.
- Butler, J. (2019). What threat? The campaign against "gender ideology." *Glocalism: Journal of Culture, Politics, and Innovation*, 3. <https://doi.org/10.12893/gjpci.2019.3.1>
- Butler, J. (2023, April 26). *Who is afraid of gender?* [Lecture at University of Cambridge]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=yD6UukSbAMs>
- Collins, P. H. (2002). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge.
- Corrêa, S. (2022). We must understand the historical span and longevity of conservative movements. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, 32. <https://sur.conectas.org/en/we-must-understand-the-historical-span-and-longevity-of-conservative-movements/>
- Corrêa, S., & Paternotte, D. (2018). The globalisation of anti-gender campaigns. *IPS Journal*. <https://www.ips-journal.eu/topics/democracy-and-society/the-globalisation-of-anti-gender-campaigns-2761/>
- Corrêa, S., & Parker, R. (2020). *Anti-gender politics in Latin America. Summaries of country case studies*. Sexuality Policy Watch & Brazilian AIDS Interdisciplinary Association. <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/E-book-Resumos-completo.pdf>

- Crescer Online. (2021, June 16). *Hungria aprova lei que proíbe conteúdos considerados pró-LGBT nas escolas*. <https://revistacrescer.globo.com/Educacao-Comportamento/noticia/2021/06/hungria-aprova-lei-que-proibe-contedos-considerados-pro-lgbt-nas-escolas.html>
- Crosson-Tower, C. (2003). *The role of educators in preventing and responding to child abuse and neglect*. US Department of Health and Human Services, Administration for Children and Families, Administration on Children, Youth and Families, Children's Bureau, Office on Child Abuse and Neglect.
- Dalmaso-Junqueira, B. (2022). Desobedecer para transformar: Trabalho docente feminista em tempos de conservadorismo. *Retratos da Escola*, 16(36), 853–872. <https://doi.org/10.22420/rde.v16i36.1655>
- Dalmaso-Junqueira, B. (2024). *Pedagogia da esperança feminista: Aprendendo com docentes da educação básica em tempos de modernização conservadora no Brasil* (Doctoral dissertation, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Dalmaso-Junqueira, B. & Lima, I. G. (2024) [Forthcoming]. Civic-Military Schools in Brazil: feminist lenses to uncover a patriarchal, White supremacist, and queerphobic project. *On Education* [online].
- Feitosa, C. (2021). Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: A desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, 14(43), 74-89. <https://doi.org/10.3895/cgt.v14n43.11487>
- Fórum de Mulheres de Pernambuco (Ed.). (2020). *Comunicação de guerrilha e cuidados digitais: Estratégias de resistência feminista*. Edições SOS Corpo.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Gago, V. (2020). *A potência feminista: Ou o desejo de transformar tudo*. Elefante.
- Garbagnoli, S. (2016). Against the heresy of immanence: Vatican's 'gender' as a new rhetorical device against the denaturalization of the sexual order. *Religion & Gender*, 6(2), 187-204. <https://doi.org/10.18352/rg.10156/>
- Goldman, M. (2005). *Imperial nature: The World Bank and struggle for social justice in an age of globalization*. Yale University Press.
- Graff, A., & Korolczuk, E. (2021). *Anti-gender politics in the populist moment*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003133520>
- Gramsci, A. (2011). *Prison notebooks*. Columbia University Press.
- Gregis Estivalet, A., & Dvoskin, G. (2022). Education, sexuality, and anti-gender movements in Latin America. *Gender a výzkum / Gender and Research*. <https://doi.org/10.13060/gav.2021.018>
- Grimshaw, E. (2024, June 1). *Hate messages won't stop me - I'm changing lives*. <https://www.bbc.co.uk/news/articles/c0v095zrz7vo>
- Hamlin, C. L. (2020). Gender ideology: An analysis of its disputed meanings. *Sociologia & Antropologia*, 10(3), 1001–1022. <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10310>
- Holvikivi, A., Holzberg, B., & Ojeda, T. (2024). *Transnational anti-gender politics: Feminist solidarity in times of global attacks*. Springer Nature. <https://doi.org/10.1007/978-3-031-54223-7>
- hooks, b. (2019). *Erguer a voz: Pensar como feminista, pensar como negra*. Elefante.
- Höppner, J. (2020, July 28). Por que a extrema direita odeia tanto as mulheres. *DW Brasil*. <https://www.dw.com/pt-br/por-que-a-extrema-direita-odeia-tanto-as-mulheres/a-54341739>
- Human Rights Campaign. (2023, May 17). *Gov. DeSantis signs slate of extreme anti-LGBTQ+ bills, enacting a record-shattering number of discriminatory measures into law*. <https://www.hrc.org/press-releases/gov-desantis-signs-slate-of-extreme-anti-lgbtq-bills-enacting-a-record-shattering-number-of-discriminatory-measures-into-law>

- Human Rights Campaign. (n.d.). *The journey to marriage equality in the United States*. <https://www.hrc.org/our-work/stories/the-journey-to-marriage-equality-in-the-united-states>
- Human Rights Watch. (2022). “Tenho medo, esse era o objetivo deles”: Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. <https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942>
- Irvine, J. M. (2004). *Talk about sex: The battles over sex education in the United States*. University of California Press.
- Juan-Torres, M. (2023, April 20). Unpacking the far right’s gender politics. *Connecting the Dots, Democracy and Belonging Forum*, 13. <https://www.democracyandbelongingforum.org/forum-blog/unpacking-the-far-rights-gender-politics?emci=0d7e13eb-89df-ed11-8e8b-00224832eb73&emdi=d8a73cd5-8fdf-ed11-8e8b-00224832eb73&ceid=11795520>
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da “ideologia de gênero”: A emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 449-502. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&tlng=pt
- Junqueira, R. D. (2022). *A invenção da ideologia de gênero*. Letras Livres.
- Kaleem, J. (2023, February 22). *How drag queen story hour became a battle over gender, sexuality and kids*. <https://www.latimes.com/world-nation/story/2023-02-22/drag-queen-story-hour>
- Keenan, H., & Hot Mess, L. M. (2020). Drag pedagogy: The playful practice of queer imagination in early childhood. *Curriculum Inquiry*, 50(5), 440-461. <https://doi.org/10.1080/03626784.2020.1864621>
- Keskinen, S. (2013). Antifeminism and white identity politics: Political antagonisms in radical right-wing populist and anti-immigration rhetoric in Finland. *Nordic Journal of Migration Research*, 3(4), 225-232. <https://doi.org/10.2478/njmr-2013-0015>
- Kuhar, R., & Paternotte, D. (2017). *Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing against equality*. Rowman and Littlefield.
- Kuhar, R., & Zobec, A. (2017). The anti-gender movement in Europe and the educational process in public schools. *CEPS Journal*, 7(2), 29-46.
- Lacerda, M. B. (2019). *O novo conservadorismo brasileiro: De Reagan a Bolsonaro*. Zouk.
- Ladson-Billings, G. (2008). *The dreamkeepers: Successful teachers of African American children*. John Wiley & Sons.
- Lima, I. G. de, & Hypolito, Á. M. (2019). A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, 45. <https://doi.org/10.1590/2175-795X.2020.e65526>
- McEwen, H. (2024). Anti-gender politics in East and Southern Africa: The transnational ‘Stop Comprehensive Sexuality Education’ campaign. In *Transnational anti-gender politics: Feminist solidarity in times of global attacks* (pp. 99-117). Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-3-031-54223-7_5
- Melo, F. (2020). Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 28(3), e72564. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n372564>
- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: Notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32(3), 725-748. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>
- Moeller, K. (2021). The politics of curricular erasure: debates on race, gender, and sexuality in the Brazilian ‘common core’ curriculum. *Race Ethnicity and Education*, 24(1), 18-38. <https://doi.org/10.1080/13613324.2020.1798382>
- Mouffe, C. (2018). *For a Left populism*. Verso.
- Moura, F., & Aquino, R. (2022). A articulação pelo homeschooling no Brasil: Mais uma face da ofensiva antigênero. In D. Carreira & B. Lopes (Eds.), *Ofensivas reacionárias, resistências*

- democráticas e anúncios pelo direito humano à educação*. Ação Educativa.
https://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Livro-2022_GÊNERO-E-EDUCAÇÃO-ofensivas-reacionárias-resistências-democráticas-e-anúncios-pelo-direito-humano-à-educação.pdf
- Oliveira, M. de, Silva, F. G. O. da, & Maio, E. R. (2020). Violência sexual contra crianças e adolescentes: A escola como canal de proteção e denúncia. *Perspectiva*, 38(4), 1–23.
<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e65526>
- Pengelly, M. (2023, April 20). Book bans in US public schools increase by 28% in six months, Pen report finds. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/books/2023/apr/20/book-bans-us-public-schools-increase-pen-america>
- Pinheiro-Machado, R. (2019). *Amanhã vai ser maior: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. Planeta.
- Raine, S., & Kent, S. A. (2019). The grooming of children for sexual abuse in religious settings: Unique characteristics and select case studies. *Aggression and Violent Behavior*, 48, 180-189.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.08.017>
- Rédai, D. (2024). ‘Leave our kids alone.’ Child protection, sex education, LGBT+ rights and anti-gender politics in Hungary. In *Transnational anti-gender politics: Feminist solidarity in times of global attacks* (pp. 141-160). Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-3-031-54223-7_7
- Rezende, D. L., & Sol, A. (2021). “Ideologia de gênero” na produção acadêmica brasileira recente. *Teoria e Cultura*, 16(2). <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2021.v16.33927>
- Ribeiro, V. M. (2016). Apresentação. In Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Ed.), *A ideologia do movimento Escola Sem Partido* (pp. 5-8). Ação Educativa.
<https://doi.org/10.7476/9786557080528.0001>
- Rosado-Nunes, M. J. (2015). A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: A intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, 13(39), 1237-1260. <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2015v13n39p1237>
- Russell-Brown, K. (2023). The Stop WOKE Act: HB 7, race, and Florida’s 21st century anti-literacy campaign. *NYU Review of Law & Social Change*, 47, 338.
<https://doi.org/10.2139/ssrn.4219891>
- Silva, E. L. dos S. (2018). A ‘ideologia de gênero’ no Brasil: Conflitos, tensões e confusões terminológicas. *Revista Periódicus*, 1(10), 269–296. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i10.27923>
- Sosa, L. (2021). Beyond gender equality? Anti-gender campaigns and the erosion of human rights and democracy. *Netherlands Quarterly of Human Rights*, 39(1), 3–10.
<https://doi.org/10.1177/0924051921996697>
- The White House, President Barack Obama. (n.d.) *Strengthening protection against discrimination*. <https://obamawhitehouse.archives.gov/issues/civil-rights/discrimination>
- Willis, L. D. (2023). *Go with God: Political exhaustion and evangelical possibility in suburban Brazil*. University of California Press.
- Woodward, A. (2022, May 9). What is Florida’s ‘Don’t Say Gay’ bill? *Independent*.
<https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-politics/dont-say-gay-bill-florida-desantis-b2074720.html>
- Woodward, A. (2023, April 6). At least 20 states ban trans women and girls from sports that match their gender. *Independent*. <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-politics/transgender-athletes-ban-kansas-states-b2315626.html>
- Zarembeg, G., Tabbush, C., & Friedman, E. J. (2021). Feminism(s) and anti-gender backlash: Lessons from Latin America. *International Feminist Journal of Politics*, 23(4), 527-534.
<https://doi.org/10.1080/14616742.2021.1956093>

Sobre as Autoras

Bruna Dalmaso-Junqueira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

dalmaso.junqueira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5742-5857>

Bruna Dalmaso-Junqueira investiga políticas educacionais e feminismos na educação. É vice-líder do Coletivo Redes, grupo de pesquisa sobre políticas conservadoras na educação, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e professora visitante na Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Kathryn J. Moeller

University of Cambridge

kjm78@cam.ac.uk

<https://orcid.org/0009-0008-5684-740X>

Kathryn J. Moeller é uma pesquisadora feminista crítica no campo da educação e professora assistente na University of Cambridge, Reino Unido.

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 32 Número 60

1 de outubro 2024

ISSN 1068-2341



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. Os artigos que aparecem na AAPE são indexados em CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (Espanña), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, Socolar (China).

Sobre o Conselho Editorial: <https://epaa.asu.edu/ojs/about/editorialTeam>

Para erros e sugestões, entre em contato com Fischman@asu.edu
